

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais



2º Quadrimestre de 2010
Salvador, 30 de setembro de 2010.



Governo do Estado da Bahia
Secretaria da Fazenda

Secretaria da Fazenda

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais

GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA

JAQUES WAGNER

SECRETÁRIO DA FAZENDA

CARLOS MARTINS MARQUES DE SANTANA

SUBSECRETÁRIO DA FAZENDA

CARLOS ALBERTO DA SILVA BATISTA

CHEFE DE GABINETE

PEDRO CÉSAR GASPAR DÓREA

SUPERINTENDENTE DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

OLINTHO JOSÉ DE OLIVEIRA

COORDENADOR GERAL DE PLANEJAMENTO, ACOMPANHAMENTO E
CONTROLE FINANCEIRO

ANTÔNIO HUMBERTO NOVAIS DE PAULA

DIRETOR DO TESOURO

JOSÉ ADELSON MATTOS RAMOS

DIRETOR DE CONTABILIDADE PÚBLICA

WASHINGTON BONFIM MASCARENHAS VENTIN

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| 1. INTRODUÇÃO | 4 |
| 2. RECEITAS | 4 |
| 2.1 Receitas Correntes | 5 |
| 2.1.1 Receitas Tributárias | 5 |
| 2.1.2 Transferências Correntes | 6 |
| 2.2 Receitas de Capital | 7 |
| 3. DESPESAS | 8 |
| 3.1 Despesas Correntes | 8 |
| 3.2 Despesas de Capital | 9 |
| 4. RESULTADO ORÇAMENTÁRIO | 9 |
| 5. DESPESA DE PESSOAL E LIMITES | 10 |
| 6. DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO | 10 |
| 7. DESPESA COM AÇÕES E SERVIÇO DE SAÚDE | 11 |
| 8. RESTOS A PAGAR | 12 |
| 9. RESULTADO PRIMÁRIO | 12 |
| 10. RESULTADO NOMINAL | 13 |
| 11. DÍVIDA PÚBLICA | 13 |
| 12. CONCLUSÃO | 14 |
| 13. GLOSSÁRIO | 16 |

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais

1. INTRODUÇÃO

Esta apresentação objetiva demonstrar o desempenho da execução orçamentária e financeira do Estado da Bahia no 2º quadrimestre de 2010, assim como avaliar o cumprimento das metas fiscais previamente estabelecidas para o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social do Estado da Bahia. Os números aqui apresentados de forma resumida são originários dos Relatórios bimestrais e quadrimestrais, publicados no Diário Oficial do Estado, edição de 25 e 26 de setembro de 2010, em cumprimento ao disposto na Lei Complementar nº. 101/2000.

2. RECEITAS

| Balço Orçamentário da Receita | | | | | Em mil Reais |
|-----------------------------------|--------------------------|------------------------------|-------------------------|-------------------|--------------------------------|
| Discriminação | Previsão Atualizada 2010 | Realizado - Janeiro a Agosto | | | Variação Nominal (%) 2010/2009 |
| | | 2010 | Orçamento (%) Realizado | 2009 | |
| Receitas Correntes | 22.541.681 | 15.482.378 | 68,68 | 13.036.861 | 18,76 |
| Receita Tributária | 11.459.769 | 8.462.867 | 73,85 | 7.043.594 | 20,15 |
| Receita de Contribuições | 1.169.670 | 867.531 | 74,17 | 734.150 | 18,17 |
| Receita Patrimonial | 244.082 | 362.083 | 148,34 | 146.000 | 148,00 |
| Receita Agropecuária | 1.830 | 89 | 4,85 | 116 | (23,80) |
| Receita Industrial | 124 | 8 | 6,77 | 3 | 159,96 |
| Receita de Serviços | 157.058 | 55.555 | 35,37 | 53.610 | 3,63 |
| Transferências Correntes | 9.130.917 | 5.790.593 | 63,42 | 5.230.912 | 10,70 |
| Outras Receitas Correntes | 1.485.458 | 739.771 | 49,80 | 454.894 | 62,63 |
| Conta Retificadora | (2.546.896) | (1.754.996) | 68,91 | (1.510.531) | 16,18 |
| Receitas Intra-Orçamen. Correntes | 1.439.669 | 958.877 | 66,60 | 884.113 | 8,46 |
| Receitas de Capital | 3.178.685 | 703.647 | 22,14 | 792.305 | (11,19) |
| Operações de Crédito | 1.973.172 | 278.247 | 14,10 | 620.028 | (55,12) |
| Alienação de Bens | 7.137 | 2.360 | 33,06 | 2.031 | 16,19 |
| Amortização de Empréstimos | 53.190 | 48.800 | 91,75 | 39.534 | 23,44 |
| Transferências de Capital | 728.361 | 374.222 | 51,38 | 130.712 | 186,30 |
| Outras Receitas de Capital | 416.824 | 18 | 0,00 | 0 | 100,00 |
| Total | 25.720.365 | 16.186.024 | 62,93 | 13.829.167 | 17,04 |

Fonte: SICOF/SEFAZ/SAF/COPAF

As Receitas realizadas até o 2º quadrimestre, nelas compreendidas as receitas Correntes e de Capital, totalizaram R\$ 16,19 bilhões, representando uma variação nominal positiva de 17,04% em relação ao mesmo período do ano anterior. Foram realizados 62,93% da previsão anual atualizada de receitas do Estado. No total das receitas realizadas, destacaram-se as receitas tributárias e as transferências correntes, com uma participação de 52,29% e 35,78%, respectivamente.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais

2.1 - Receitas Correntes

As Receitas Correntes decorrem das receitas realizadas pelo Estado, suas autarquias, fundações, fundos e empresas estatais dependentes, através de impostos, taxas, transferências constitucionais, legais e outras.

Foram realizadas nesta categoria R\$ 15,48 bilhões, representando uma realização de 68,68% das receitas correntes anuais previstas e uma variação nominal positiva de 18,76%, em relação ao mesmo período de 2009.

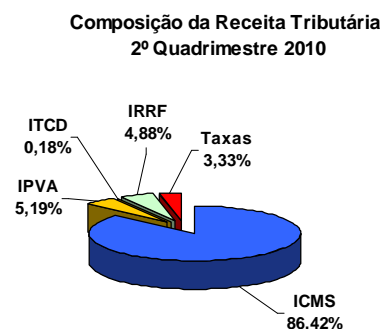
2.1.1 - Receitas Tributárias

As Receitas Tributárias, principal item das Receitas Correntes, totalizaram R\$ 8,46 bilhões, com um aumento em termos nominais de 20,15% na arrecadação, em relação ao realizado ao mesmo período do ano anterior, resultado do desempenho favorável da economia e da ação fiscalizadora.

| Receita Tributária | | Em mil Reais | | | |
|---------------------------|--------------------------|------------------------------|-----------------------|------------------|--------------------------------|
| Receitas | Previsão Atualizada 2010 | Realizado - Janeiro a Agosto | | | Variação Nominal (%) 2010/2009 |
| | | 2010 | Orçamento % Realizado | 2009 | |
| Receita Tributária | 11.459.769 | 8.462.867 | 73,85 | 7.043.594 | 20,15 |
| ICMS | 9.925.887 | 7.313.673 | 73,68 | 6.040.246 | 21,08 |
| IPVA | 528.180 | 439.050 | 83,13 | 388.777 | 12,93 |
| ITCD | 19.007 | 15.362 | 80,82 | 16.326 | (5,91) |
| IRRF | 568.713 | 413.213 | 72,66 | 341.085 | 21,15 |
| Taxas | 417.982 | 281.569 | 67,36 | 257.160 | 9,49 |

Fonte: SICOF/SEFAZ/SAF/COPAF

O gráfico ao lado, destaca a participação dos principais itens das receitas tributárias realizadas até o 2º quadrimestre de 2010.



As receitas provenientes do ICMS, que equivalem a 86,42% da receitas tributárias realizadas, apresentaram arrecadação de R\$ 7,31 bilhões, com uma realização de 73,68% da previsão anual.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais

O valor realizado proporcionou uma variação nominal positiva de 21,08% em comparação com o efetivado no mesmo período do ano anterior.

O IPVA apresentou uma variação nominal positiva de 12,93% se comparado com o realizado no mesmo período de 2009, sendo arrecadados R\$ 439,05 milhões, apresentando os reflexos das medidas anticrise adotadas pelo Governo e também pelo esforço empreendido na ação fiscalizadora.

O Imposto de Renda Retido na Fonte apresentou um crescimento de 21,15% em relação ao mesmo período do ano anterior, com uma arrecadação de R\$ 413,21 milhões. Esse incremento decorre do realinhamento dos salários decidido nas mesas de negociação.

2.1.2 - Transferências Correntes

As Transferências Correntes representaram 37,40% das Receitas Correntes realizadas, sendo compostas pelas transferências constitucionais e legais da União, totalizando R\$ 5,79 bilhões. Com relação ao mesmo período de 2009, verificou-se um aumento de 10,7% nos ingressos das transferências correntes.

| Transferências Correntes | | | | Em mil Reais | |
|---------------------------------|--------------------------|------------------------------|-------------------------|------------------|--------------------------------|
| Receitas | Previsão Atualizada 2010 | Realizado - Janeiro a Agosto | | | |
| | | 2010 | Orçamento (%) Realizado | 2009 | Variação Nominal (%) 2010/2009 |
| Transferências Correntes | 9.130.917 | 5.790.593 | 63,42 | 5.230.912 | 10,70 |
| FPE | 4.832.553 | 2.961.801 | 61,29 | 2.788.520 | 6,21 |
| IPI Exportação | 268.281 | 117.976 | 43,97 | 117.843 | 0,11 |
| Salário Educação | 48.743 | 50.336 | 103,27 | 42.965 | 17,16 |
| Compensação Lei Kandir | 70.114 | 36.237 | 51,68 | 36.280 | (0,12) |
| Auxílio Exportação | 175.656 | 0 | 0,00 | 60.024 | (100,00) |
| Royalties | 292.090 | 149.768 | 51,27 | 127.369 | 17,59 |
| Transferências do FUNDEB | 1.978.737 | 1.251.126 | 63,23 | 1.137.869 | 9,95 |
| Transf. de Convênios | 135.247 | 102.914 | 76,09 | 173.046 | (40,53) |
| Outras Transferências | 1.329.497 | 1.120.435 | 84,28 | 746.995 | 49,99 |

Fonte: SICOF/SEFAZ/SAF/COPAF

Com uma participação de 51,15% no total realizado de Transferências Correntes, o FPE apresentou um crescimento nominal positivo de apenas 6,21 % em relação a 2009, atingindo R\$ 2,96 bilhões, inferior ao percentual da arrecadação tributária estadual de 20,15%, alcançado no mesmo período.

O item Outras Transferências atingiu R\$ 1,12 bilhão, representando um acréscimo de 49,99%, se comparado ao mesmo período de 2009. Este aumento foi

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais

impulsionado pela realização de R\$ 686,60 milhões de transferências de recursos do Fundo Nacional de Saúde – SUS, somados às transferências de recursos do FNDE no total de R\$ 327,59 milhões, entre outras.

2.2 - Receitas de Capital

As Receitas de Capital atingiram o valor de R\$ 703,65 milhões e contemplaram os ingressos referentes às Operações de Crédito (R\$ 278,25 milhões), Alienação de Bens (R\$ 2,36 milhões), Amortizações de Empréstimos (R\$ 48,80 milhões) e Transferências de Capital (R\$ 374,22 milhões). Foi realizado nessa rubrica 22,14% da previsão anual.

| Receitas de Capital | | Em mil Reais | | | |
|----------------------------|--------------------------|------------------------------|-------------------------|----------------|--------------------------------|
| Receitas | Previsão Atualizada 2010 | Realizado - Janeiro a Agosto | | | Variação Nominal (%) 2010/2009 |
| | | 2010 | Orçamento (%) Realizado | 2009 | |
| Receitas de Capital | 3.178.685 | 703.647 | 22,14 | 792.305 | (11,19) |
| Operações de Crédito | 1.973.172 | 278.247 | 14,10 | 620.028 | (55,12) |
| Alienação de Bens | 7.137 | 2.360 | 33,06 | 2.031 | 16,19 |
| Amortização de Empréstimos | 53.190 | 48.800 | 91,75 | 39.534 | 23,44 |
| Transferências de Capital | 728.361 | 374.222 | 51,38 | 130.712 | 186,30 |
| Outras Receitas de Capital | 416.824 | 18 | 0,00 | 0 | 100,00 |

Fonte: SICOF/SEFAZ/SAF/COPAF

Os ingressos de recursos através de Operações de Crédito totalizaram uma receita de R\$ 278,25 milhões e variação nominal negativa de 55,12% em relação ao mesmo período do ano anterior.

A receita de Amortização de empréstimos apresentou um índice de realização de 91,75% em relação ao previsto, totalizando R\$ 48,80 milhões.

As Transferências de capital, formadas em sua totalidade pelas Transferências de convênios (Transferências da União), apresentaram uma realização de R\$ 374,22 milhões, com variação nominal de 186,30%.

Do previsto na conta Outras Receitas de Capital, no valor de R\$ 416,82 milhões, observa-se que R\$ 395,20 milhões referem-se a superávit financeiro de exercícios anteriores de operações de crédito (PROCONFIS). O valor realizado nesta rubrica (R\$ 18 mil), originou-se de restituições de convênios.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais

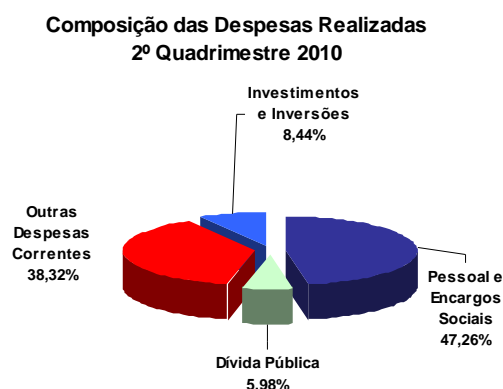
3. DESPESAS

As despesas realizadas até o 2º quadrimestre de 2010 totalizaram R\$ 15,27 bilhões, correspondentes a 59,35% do valor orçado. Observa-se um crescimento de 16,29% se comparado ao mesmo período do ano anterior.

| Balço Orçamentário da Despesa | | | | | Em mil Reais |
|--------------------------------|--------------------------|------------------------------|-----------------------|-------------------|---------------------|
| Discriminação | Previsão Atualizada 2010 | Executada - Janeiro a Agosto | | | |
| | | 2010 | Orçamento % Realizado | 2009 | Varição % 2010/2009 |
| Despesas Correntes | 20.769.445 | 13.382.090 | 64,43 | 11.445.102 | 16,92 |
| Pessoal e Encargos Sociais | 11.202.983 | 7.214.918 | 64,40 | 6.652.271 | 8,46 |
| Juros e Encargos da Dívida | 391.254 | 317.299 | 81,10 | 334.035 | (5,01) |
| Outras Despesas Correntes | 9.175.209 | 5.849.872 | 63,76 | 4.458.796 | 31,20 |
| Despesas de Capital | 4.925.920 | 1.883.874 | 38,24 | 1.682.196 | 11,99 |
| Investimentos | 3.601.584 | 1.121.740 | 31,15 | 574.749 | 95,17 |
| Inversões Financeiras | 697.451 | 166.571 | 23,88 | 148.516 | 12,16 |
| Amortização da Dívida | 626.885 | 595.563 | 95,00 | 958.931 | (37,89) |
| Reserva de Contingência | 25.000 | - | - | - | - |
| Total | 25.720.365 | 15.265.964 | 59,35 | 13.127.297 | 16,29 |

Fonte: SICO/SEFAZ/SAF/COPAF

Quanto à composição, o grupo Pessoal e Encargos Sociais, detêm 47,26% de participação no total realizado no período, seguidos das Outras Despesas Correntes com 38,32%, Dívida Pública com 5,98% e Investimentos e Inversões com 8,44%.



3.1 Despesas Correntes

Esta categoria econômica contém registro das despesas de caráter permanente e continuado da atividade governamental. No período analisado, as despesas correntes totalizaram R\$ 13,38 bilhões, representando uma realização de 64,43 % do valor fixado para o ano.

As despesas com Pessoal e Encargos Sociais somaram R\$ 7,21 bilhões, correspondendo a 64,40 % da previsão anual. Os Juros e Encargos da Dívida, que englobam pagamento de juros, comissões e outros encargos de operações

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais

de crédito internas e externas, somaram R\$ 317,30 milhões, correspondendo a 81,10% da previsão anual.

As Outras Despesas Correntes que contemplam os gastos relativos, em sua maioria, à manutenção administrativa do Estado e às Transferências Constitucionais aos Municípios, totalizaram R\$ 5,85 bilhões, correspondentes a 63,76% do fixado para o ano.

3.2 - Despesas de Capital

As Despesas de Capital totalizaram R\$ 1,88 bilhão. Essa categoria é representada pelos Investimentos com R\$ 1,12 bilhão, seguido da Amortização da Dívida com valor de R\$ 595,56 milhões, e Inversões Financeiras com R\$ 166,57 milhões.

4. RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

Apurado superávit orçamentário, fruto das receitas realizadas em montante de R\$ 16,19 milhões, equivalente a 62,93% da previsão anual e despesas liquidadas no valor de R\$15,26 milhões, correspondendo a um percentual de 59,35% da respectiva previsão anual.

| Quadro Comparativo das Receitas e Despesas | | | | Em mil Reais | |
|--|------------------------|--------------------------|------------------------|--------------------------|--|
| Especificação | Receitas Realizadas | | Despesas Liquidadas | | |
| | Janeiro a Agosto/ 2010 | Orçamento (%) Realização | Janeiro a Agosto/ 2010 | Orçamento (%) Realização | |
| Correntes | 15.482.378 | 68,68 | 13.382.090 | 64,43 | |
| Capital | 703.647 | 22,14 | 1.883.874 | 38,24 | |
| TOTAL | 16.186.024 | 62,93 | 15.265.964 | 59,35 | |

Fonte: SICOF/SEFAZ/SAF/COPAF

O Estado gerou poupança corrente da ordem de R\$ 2,10 bilhões, absorvendo o déficit nas contas de capital de R\$ 1,18 bilhão, e, por conseguinte alcançando um superávit orçamentário da ordem de R\$ 920,06 milhões.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais

| Demonstrativo do Resultado Orçamentário | | | Em mil reais |
|---|------------------|----------------|---------------------|
| Especificação | Janeiro a Agosto | | |
| | 2010 | 2009 | Varição Nominal (%) |
| Resultado do Orçamento Corrente | 2.100.288 | 1.591.760 | 31,95 |
| Resultado do Orçamento de Capital | (1.180.227) | (889.890) | 32,63 |
| Resultado Orçamentário | 920.061 | 701.869 | 31,09 |

Fonte: SICOF/SEFAZ/SAF/COPAF

5. DESPESAS DE PESSOAL E LIMITES

As despesas com Pessoal e Encargos Sociais, que sempre se apresentam como as mais significativas no conjunto das despesas, se mantiveram, em relação à Receita Corrente Líquida dos 12 últimos meses, dentro dos limites legais, permitido pela LRF, em cada Poder e também no Ministério Público.

| Despesa de Pessoal x Receita Corrente Líquida 2º Quadrimestre 2010 | | | | Em mil reais |
|---|----------------------|-------------------|---------------|--------------|
| Descrição | Percentual Realizado | Limite prudencial | Limite máximo | |
| Executivo | 43,77 | 46,17 | 48,60 | |
| Legislativo | 2,64 | 3,23 | 3,40 | |
| Assembléia | 1,35 | 1,83 | 1,93 | |
| TCE | 0,79 | 0,86 | 0,90 | |
| TCM | 0,50 | 0,54 | 0,57 | |
| Judiciário | 5,35 | 5,70 | 6,00 | |
| Ministério Público | 1,77 | 1,90 | 2,00 | |
| Total | 53,53 | 57,00 | 60,00 | |

Fonte: SICOF/SEFAZ/SAF/COPAF

RCL últimos 12 meses = R\$ 16.514.509 mil

6. DESPESA COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

As despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino totalizaram no 2º quadrimestre de 2010, o montante de R\$ 2,34 bilhões, representando 25,53% da Receita Líquida de Impostos, ultrapassando o limite constitucional de 25%.

| Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino | | | Em mil reais |
|--|-----------------------------|---------------|-----------------------------|
| Descrição | Realizado - 2º Quadrimestre | | Limite Constitucional Anual |
| | 2010 | 2009 | |
| Receita Líquida de Impostos | 9.177.567 | 7.897.316 | |
| Total da Despesa Considerada para fins de Limite | 2.342.982 | 1.963.878 | |
| % Aplicado na Manut. e Desenvolv.do Ensino | 25,53% | 24,87% | 25% |

Fonte: SICOF/SEFAZ/SAF/COPAF

Consideram-se despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino, aquelas relativas à remuneração do magistério, a manutenção e desenvolvimento do

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais

ensino de educação básica, profissional e superior, além de investimentos para expansão e melhoria da qualidade de ensino.

| Demonstrativo - FUNDEF / FUNDEB | | | Em mil Reais |
|---------------------------------|--------------------|------------------|-------------------|
| Ano | Aporte | Retorno | Resultado Apurado |
| 2006 | (1.376.031) | 444.996 | (931.035) |
| 2007 | (1.653.222) | 836.469 | (816.754) |
| 2008 | (2.173.385) | 1.307.855 | (865.530) |
| 2009 | (2.317.838) | 1.678.147 | (639.691) |
| Janeiro a Agosto de 2010 | (1.752.824) | 1.251.126 | (501.698) |

Fonte: SICOF/SEFAZ/SAF/COPAF

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação – FUNDEB é um Fundo de natureza contábil, sendo implantado em janeiro de 2007, em substituição ao FUNDEF, que tinha uma menor amplitude e não atendia, por exemplo, creche e alunos de ensino médio.

Até o 2º quadrimestre de 2010, foi destinado ao FUNDEB o valor de R\$ 1,75 bilhão, tendo recebido de retorno o valor de R\$ 1,25 bilhão.

7. DESPESA COM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE

As despesas com saúde atingiram o montante de R\$ 1,26 bilhão, correspondendo a 13,69% da Receita Líquida de Imposto e Transferências, ultrapassando o limite de 12% estabelecido pela Emenda Constitucional nº. 29, de 13 de setembro de 2000.

| Despesas Próprias com Saúde | | | Em mil reais |
|--|------------------------------|---------------|-----------------------------------|
| Descrição | Realizado 2º Quadrimestre | | Limite Constitucional Anual |
| | 2010 | 2009 | |
| Receita Líquida de Impostos | 9.177.567 | 7.897.316 | |
| Total das Despesas Próprias com Saúde | 1.256.786 | 1.051.084 | |
| % Aplicado nas Despesa Próprias com Saúde | 13,69% | 13,31% | 12% |

Fonte: SICOF/SEFAZ/SAF/COPAF

Consideram-se despesas com ações e serviços públicos de saúde aquelas com pessoal, manutenção e investimentos, financiadas pelo Estado, relacionadas a programas finalísticos e de apoio, inclusive administrativo, que atendam a critérios específicos e que estejam alocadas em Fundo de Saúde.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais

8. RESTOS A PAGAR

Ao final do ano de 2009, os Restos a Pagar Inscritos totalizaram R\$ 470,39 milhões, dos quais R\$ 449,73 milhões foram inscritos pelo Poder Executivo e R\$ 20,67 milhões pelos Poderes: Legislativo, Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública.

| Demonstrativo dos Restos a Pagar | | | | Em mil reais |
|----------------------------------|----------------|---------------|----------------|---------------|
| Descrição | Inscritos | Cancelados | Pagos | A Pagar |
| Poder Executivo ¹ | 449.726 | 14.584 | 380.027 | 55.115 |
| Poder Judiciário | 10.374 | 3.765 | 6.608 | 2 |
| Poder Legislativo | 8.424 | 0 | 5.649 | 2.774 |
| Ministério Público | 961 | 4 | 815 | 142 |
| Defensoria Pública | 909 | 0 | 864 | 45 |
| Total | 470.393 | 18.353 | 393.962 | 58.078 |

Fonte: SICOF/SEFAZ/SAF/COPAF

¹ Inclui Serviço da Dívida a Pagar: R\$ 26.623 mil . A pagar R\$ 2.635 mil.

9. RESULTADO PRIMÁRIO

O Resultado Primário tem por finalidade demonstrar a capacidade do Estado de honrar o pagamento do serviço de sua dívida.

| Demonstrativo do Resultado Primário | | Em mil reais | |
|--|------------------|------------------|--|
| Descrição | Realizado | | |
| | 2010 | 2009 | |
| Receitas Fiscais Correntes (I) | 15.342.851 | 12.911.402 | |
| Receitas Fiscais de Capital (II) | 374.240 | 130.712 | |
| Receita Fiscais Total (III) = (I+II) | 15.717.091 | 13.042.114 | |
| Despesas Fiscais Correntes (IV) | 13.064.791 | 11.111.067 | |
| Despesas Fiscais de Capital (V) | 1.187.780 | 644.266 | |
| Despesas Fiscais VI = (IV+V) | 14.252.571 | 11.755.333 | |
| Resultado Primário (III - VI) | 1.464.521 | 1.286.781 | |

Fonte : SICOF/SEFAZ/COPAF

Nota: Meta do Resultado Primário - LDO para o ano de 2010 = R\$ 345.402 mil

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais

O Resultado Primário alcançou R\$ 1,46 bilhão, superior à meta anual estabelecida na LDO, no valor de R\$ 345,40 milhões e da LOA, no montante de R\$ 474,93 milhões.

10. RESULTADO NOMINAL

O Resultado Nominal mostra a variação da Dívida Fiscal Líquida entre dois períodos. Em relação ao exercício anterior houve redução desta dívida em R\$ 1,15 bilhão.

| Demonstrativo do Resultado Nominal | | | Em mil reais |
|---|-------------------|-------------------|-------------------------|
| Especificação | Saldo | | Resultado Nominal |
| | 30/08/2010 (a) | 31/12/2009 (b) | 2º Quadr. 2010 (a-b) |
| Dívida Consolidada (I) | 10.294.404 | 10.424.316 | |
| Deduções (II) | 2.205.334 | 1.189.369 | |
| Ativo Disponível | 1.917.732 | 1.303.751 | |
| Haveres Financeiros | 324.573 | 215.352 | |
| (-) Restos a Pagar Processados | (36.971) | (329.734) | |
| Dívida Consolidada Líquida (III) =(I - II) | 8.089.070 | 9.234.947 | |
| Receita de Privatizações (IV) | - | - | |
| Passivos Reconhecidos (V) | - | - | |
| DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (III+IV-V) | 8.089.070 | 9.234.947 | (1.145.877) |

Nota : Meta do Resultado Nominal - LDO, para o ano de 2010 = R\$ (-) 665.993 mil

Fonte: SICO/SEFAZ/SAF/COPAF

11. DÍVIDA PÚBLICA

Ao final do 2º quadrimestre de 2010, a Dívida Consolidada apresentou saldo de R\$ 10,29 bilhões, sendo R\$ 7,82 bilhões originários da dívida interna, R\$ 2,00 bilhões da dívida externa e as outras dívidas no total de R\$ 466,76 milhões. Comparando-se este saldo com aquele obtido ao final do exercício de 2009, verifica-se que houve redução de ordem de 1,25%.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais

| Dívida Consolidada | | | Em mil reais |
|--------------------|-------------------------|---------------------|---------------|
| Discriminação | 2º Quadrimestre de 2010 | Saldo em 31/12/2009 | % Variação |
| Interna | 7.825.597 | 7.889.765 | (0,81) |
| Externa | 2.002.047 | 2.041.427 | (1,93) |
| Outras | 466.760 | 493.124 | (5,35) |
| Total | 10.294.404 | 10.424.316 | (1,25) |

Fonte: SICOF / SEFAZ / SAF / DEPAT / COPAF

A relação entre a Dívida Consolidada Líquida – DCL, e a Receita Corrente Líquida – RCL correspondeu a 0,49 no 2º quadrimestre de 2010. Essa relação é bem inferior ao limite fixado, de 2 vezes a RCL.

| Dívida Consolidada Líquida / RCL | | | Em mil reais |
|----------------------------------|------------------|-------------------|--------------|
| Descrição | DCL | RCL | DCL / RCL |
| Exercício de 2006 | 11.616.488 | 11.360.178 | 1,02 |
| Exercício de 2007 | 10.370.837 | 12.584.607 | 0,82 |
| Exercício de 2008 | 10.240.885 | 14.237.786 | 0,72 |
| Exercício de 2009 | 9.234.947 | 14.671.427 | 0,63 |
| Em Agosto de 2010 | 8.089.070 | 16.514.509 | 0,49 |

Fonte: SICOF/SEFAZ/SAF/DEPAT/COPAF

Limite da Dívida Consolidada Líquida = 2 x RCL

12. CONCLUSÃO

No 2º quadrimestre, o Estado registrou Superávit Primário no valor de R\$1,46 bilhão. A Receita Total realizada no valor de R\$ 16,19 bilhões e a Despesa Total realizada no valor de R\$ 15,27 bilhões resultaram em Superávit Orçamentário de R\$ 920,06 milhões.

| Metas | | Em mil reais |
|--------------------|-----------------|----------------|
| Descrição | Valor realizado | Meta Anual LDO |
| Resultado Primário | 1.464.521 | 345.402 |
| Resultado Nominal | (1.145.877) | (665.993) |

Fonte: SEFAZ/SAF/COPAF

O Resultado Nominal demonstrou redução do estoque da Dívida Fiscal Líquida no valor de R\$ 1,15 bilhão.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais

O limite referente à dívida pública, garantia de valores e operações de crédito encontram-se dentro daqueles estabelecidos pela legislação vigente, e as despesas com pessoal se situaram abaixo do limite permitido pela LRF.

Os limites de educação e saúde apresentam percentuais que apontam para o cumprimento das metas no final do ano.

Limites Constitucionais e Legais

| Descrição | Limite Realizado | Limite Prudencial | Limite Máximo |
|---------------------------------------|------------------|-------------------|---------------|
| Despesa de Pessoal | 53,53 | 57,00 | 60,00 |
| Dívida | 0,49 | 1,80 | 2,00 |
| Garantias de Valores | 0,58 | - | 22,00 |
| Op. de Crédito Internas e Externas | 1,69 | - | 16,00 |
| Op. de Crédito por Antecip.de Receita | 0,00 | - | 7,00 |

Fonte: SEFAZ/SAF/COPAF

| Descrição | Limite realizado | Limite Mínimo Anual |
|-----------|------------------|---------------------|
| Educação | 25,53% | 25% |
| Saúde | 13,69% | 12% |

Fonte: SEFAZ/SAF/COPAF

Os números apurados apontam, portanto, para o cumprimento das metas fiscais.

Salvador, 30 de setembro de 2010.

Observação: A Audiência Pública referente ao 2º quadrimestre de 2010, realizou-se no dia 16 de novembro de 2010, decorrente de acordo no Legislativo.

GLOSSÁRIO

Amortização da Dívida

Despesas com pagamento e /ou refinanciamento do principal e da atualização monetária ou cambial da dívida pública interna e externa, contratual ou mobiliária.

Conta Retificadora da Receita Orçamentária

Conta contábil instituída pela Portaria nº328 da Secretaria do Tesouro Nacional, para registrar a parcela de 15% da receita orçamentária destinada a aporte ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB no âmbito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, mais as devoluções de tributos, recursos que o ente tenha a competência de arrecadar, mas que pertence a outro ente de acordo com a lei vigente e a renúncia de receita contabilizada.

Despesas Correntes

Despesas que não contribuem diretamente para a formação ou aquisição de um bem patrimonial, a exemplo dos gastos destinados à manutenção e ao funcionamento de órgãos, entidades, fundos e a continuidade na prestação de serviços públicos; à conservação de bens móveis e imóveis e ao pagamento de juros e encargos da dívida pública.

Despesas de Capital

Despesas que contribuem diretamente para a formação ou aquisição de um bem patrimonial, a exemplo dos gastos com o planejamento e a execução de obras; a aquisição de instalações, equipamentos e material permanente; aquisição e subscrição de títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer natureza e outros.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais

Despesas Fiscais

São as despesas decorrentes das ações típicas do governo, a exemplo de pagamento de pessoal, manutenção da máquina pública, construções de escolas, estradas e hospitais.

Despesas Intra-Orçamentárias

São operações entre Órgãos, Entidades e Fundos integrantes do orçamento fiscal e de seguridade social, a fim de evitar a dupla contagem. São as despesas referentes às Obrigações Patronais (Funprev e Planserv).

Despesa Total com Pessoal

Entende-se como o somatório dos gastos com os ativos, inativos e pensionistas, relativos a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis e militares, abrangidas quaisquer espécies remuneratórias (vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, proventos, reformas e pensões, adicionais, gratificações, horas extras), encargos sociais e contribuições previdenciárias recolhidas pelo ente, bem como os valores dos contratos de terceirização de mão-de-obra que se referem à substituição de servidores e empregados públicos. (Art. 18 da LC nº. 101/00).

Despesa com Pessoal para Cálculo de Limites

Do total da despesa de pessoal deduz as indenizações por demissão de servidores, os incentivos à demissão voluntária, as despesas de pessoal decorrentes de decisões judiciais e os inativos pagos com recursos de fundo específico. Os limites da despesa com pessoal são fixados em percentuais da RCL.

Dívida Consolidada ou Fundada

É o montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a doze meses. Consideram-se também as operações de crédito para refinanciamento de prazo inferior a doze meses cujas receitas tenham constado do orçamento. A dívida fundada é interna quando assumida dentro do País, e externa, quando assumida fora do País.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais

Dívida Consolidada Líquida

É o valor da dívida consolidada, deduzido da disponibilidade de caixa, das aplicações financeiras, dos demais ativos financeiros, e acrescidos dos Restos a Pagar Processados e do serviço da dívida a pagar.

Estado

São abrangidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, citado como Estado, a Administração Direta, Autarquias, Fundações, Empresas Estatais Dependentes e Fundos.

Fonte de Recursos

Identificação da origem e natureza dos recursos orçamentários através de código e descrição, observado o seguinte esquema de classificação: Recursos do Tesouro, subdivididos em Recursos Ordinários e Recursos Vinculados, Recursos de Outras Fontes e Recursos Próprios de entidades da Administração Indireta.

Inversões Financeiras

Despesas com a aquisição de imóveis ou bens de capital já em utilização; aquisição de títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer espécie, já constituídas, quando a operação não importe aumento de capital; e com a constituição ou aumento do capital de empresas.

Investimentos

Despesas com o planejamento e a execução de obras, inclusive com a aquisição de imóveis considerados necessários à realização destas últimas e com a aquisição de instalações, equipamentos e material permanente.

Metas Fiscais

São metas anuais estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais

e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes.

Receitas Correntes

São os meios financeiros de origens tributárias, contributivas, patrimoniais, industriais e outras, bem como os recursos recebidos de outras pessoas de direito público de outra esfera de governo ou de direito privado, quando destinadas a atender gasto classificáveis em despesas correntes.

Receita Corrente Líquida

Somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas também correntes, inclusive os valores de que trata a Lei Complementar nº. 87/96 e o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Art. 60 dos ADCT), deduzidos, no caso do Estado da Bahia, as parcelas entreguem aos Municípios por determinação constitucional e a contribuição dos segurados para o custeio de sistema de previdência e assistência social dos servidores, as receitas provenientes da compensação financeira entre os regimes de previdência social e o aporte financeiro do Estado ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação.

Receitas de Capital

São os meios financeiros provenientes de constituição de dívidas, da conversão em espécie de bens e direitos, assim como os recursos recebidos de outras pessoas de direito público de outra esfera de governo e de direito privado, destinados a atender gastos classificáveis em despesas de capital.

Receita Intra-Orçamentária

São receitas de órgãos, fundos, autarquias, fundações, empresas estatais dependentes e outras entidades integrantes do orçamento fiscal e da seguridade social, quando o fato que originar a receita decorrer de despesa de órgão, fundo,

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais

autarquia, fundação, empresa estatal dependente ou outra entidade constante dos referidos orçamentos, no âmbito da mesma esfera de governo.

Receita Líquida de Impostos

Somatório das receitas de impostos estaduais e suas respectivas multas, juros e dívida ativa, e das transferências correntes resultantes de impostos, deduzidas as transferências entregues aos Municípios por determinação constitucional.

Receita Orçamentária

Todos os ingressos aos cofres públicos que por disposição legal constam do orçamento, sendo classificada em receitas correntes e de capital. É também denominada de recursos orçamentários. A receita realizada que mesmo não prevista no orçamento pertence à Entidade é também classificada como receita orçamentária.

Receita Própria

Recursos oriundos do esforço de arrecadação própria das entidades da Administração Direta, Autarquias, Fundações, Fundos e Empresas Estatais Dependentes, cabendo-lhes a sua aplicação. É também denominada de recursos próprios.

Receitas Fiscais

São as receitas resultantes das ações precípuas do governo a exemplo de impostos, taxas, contribuições e transferências.

Restos a Pagar

São as despesas empenhadas, pendentes de pagamento na data de encerramento do exercício financeiro, inscritas contabilmente como obrigações a pagar no exercício subsequente.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais

Resultado Nominal

É a variação da dívida consolidada líquida.

Resultado Primário

É a diferença apurada entre as receitas fiscais arrecadas e as despesas fiscais. Se a diferença é positiva ocorre um Superávit, significando que o ente foi capaz de atender às despesas fiscais e, total ou parcialmente, o serviço da dívida. Sendo o resultado negativo, significa que o ente não foi capaz de atender às despesas fiscais, recorrendo às receitas não-fiscais para financiar o Déficit.

SICOF

Sistema de Informações Contábeis e Financeira gerenciado pela Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia.

Superávit Orçamentário

Ocorre quando a despesa realizada é menor que a receita realizada.

Realização: SEFAZ / SAF / COPAF